

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 0806854-84.2021.8.10.0034
APELANTES: ERIK GUIMARÃES BRANDÃO E RONALDO BORGES AZEVEDO APELADO:
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ORIGEM: JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 2ª VARA DA
COMARCA DE CODÓ/MA. PROCURADORA DE JUSTIÇA: Drª. REGINA MARIA DA COSTA
LEITE RELATOR: DESEMBARGADOR SAMUEL BATISTA DE SOUZA REVISOR:
DESEMBARGADOR ANTÔNIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO EMENTA PENAL. PROCESSUAL
PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33, CAPUT. LEI N.º 11.343/2006. ESTATUTO DO
DESARMAMENTO. ART. 12 DA LEI Nº 10.826/03. ART. 69 DO CÓDIGO PENAL.
CONDENAÇÃO. PROVA TESTEMUNHAL EM JUÍZO. DEPOIMENTO DE POLICIAL. PROVA
VÁLIDA. AUSÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. POSSIBILIDADE. MINORANTE. TRÁFICO
PRIVILEGIADO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO IMPROVIDO. 1. O depoimento de
policiais, independentemente de haver outros elementos de prova,
constitui-se em meio de prova idôneo apto a embasar sentença penal
condenatória, cabendo única e exclusivamente a defesa, o ônus de
demonstrar, nos autos do processo, a imprestabilidade do depoimento de
policiais. 2. O tipo penal do caput do art. 33 da Lei nº 11.343/06 é
composto por mais de um verbo. Logo, incorrer em mais de uma conduta
típica dentro da mesma situação fática, haverá crime único, portanto mesmo
que o agente adquira e depois transporte a droga ilícita, haverá apenas um
crime. 3. O crime inculcado no art. 12 da lei nº 10.826/03 consiste em
manter arma de fogo irregularmente no interior de residência ou no local
de trabalho. 4. Nos termos do § 4º do art. 33, da Lei de Drogas (Lei nº
11.343/2006), os requisitos para a concessão da minorante de 1/6 (um
sexto) a 2/3 (dois terços) são cumulativos (ser primário, ter bons
antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas, nem integrar
organização criminosa) de sorte que a falta de qualquer um, torna inviável
a figura do tráfico privilegiado. 5. Recurso CONHECIDO e não provido.
ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal (nº
0806854-84.2021.8.10.0034), acordam os Desembargadores da Primeira Câmara
Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, "UNANIMEMENTE E DE
ACORDO COM O PARECER DA DOUTA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, A PRIMEIRA
CÂMARA CRIMINAL NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO
DESEMBARGADOR RELATOR". Participaram do julgamento os Senhores
Desembargadores ANTÔNIO FERNANDO BAYMA ARAÚJO, JOSÉ JOAQUIM FIGUEIREDO DOS
ANJOS e SAMUEL BATISTA DE SOUZA. Funcionou pela Procuradoria Geral de
Justiça a Dra. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES TRAVASSOS CORDEIRO. São Luís
(MA), data e assinatura do sistema. DESEMBARGADOR SAMUEL BATISTA DE SOUZA
RELATOR (ApCrim 0806854-84.2021.8.10.0034, Rel. Desembargador (a) SAMUEL
BATISTA DE SOUZA, 1ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 03/11/2023)